

A AVALIAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO NA PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM: UM OLHAR DIALÓGICO

Guilherme BRAMBILA¹

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
guilhermebrambilamanso@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal fomentar discussões nos estudos linguísticos que se endereçam à avaliação de texto no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). De maneira específica, busca-se lançar um estudo crítico acerca das delimitações pouco nítidas sobre a argumentação pela banca avaliadora do exame de textos que obtiveram nota 1000, utilizando-se da edição de 2014 como um exemplo. Tal estudo, que traz constatações oriundas de pesquisa de mestrado sobre o tema, parte das perspectivas de argumentação de Aristóteles (2005) e Perelman (1993;1996), além de estabelecer um contraponto de tais postulados com o dialogismo bakhtiniano. O trabalho é guiado por uma metodologia qualitativa de paradigma indiciário (GINZBURG, 1986) para realizar tal investigação.

Palavras-chave: Argumentação. Produção de textos. Enem.

THE ARGUMENTATION EVALUATION IN ENEM'S WRITING TEST: A DIALOGICAL PERSPECTIVE

Abstract: This paper aims at proposing discussions in linguistic studies towards to the writing evaluation in Enem (High School National Exam). Specifically, this work focuses on considerations about the vague idea of argumentation by the examining committee towards texts that had the grade 1000 in 2014 exam edition. This study, that brings up findings from a Masters research about the theme, starts from argumentation perspectives of Aristotle (2005) and Perelman (1993;1996), besides stablishing considerations between these postulates with Bakhtin's dialogismo. The work is guided by a qualitative methodology with indicial paradigm (GINZBURG, 1986) to conduct the investigation.

Keywords: Argumentation. Writing. Enem.

1 Introdução

Pensar a produção de textos, em linhas gerais, suscita questões e reflexões de naturezas variadas. É possível trazermos à tona considerações que toquem questões de caráter puramente linguístico, bem como envolvermo-nos de problematizações pertinentes ao discurso, à significação e, certamente, às políticas linguísticas que se envolvem em tal processo.

Dessa forma, buscaremos discutir neste trabalho a produção de textos na prova de redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Especificamente, dedicaremos

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo.

atenção à forma com que a argumentação é encarada pela banca avaliadora do Enem em textos que obtiveram nota 1000 em uma edição específica, por meio do debate de excertos de redações e de posicionamentos da banca avaliadora, ambos publicados no manual oficial de redação do Enem. Tal tarefa, que é uma reflexão a partir de um recorte de resultados de pesquisa de mestrado, parte de uma problematização inicial que se endereça à idealização textual contida nas redações nota 1000.

A partir da inquietação apresentada, o referido trabalho percorrerá sucintamente as perspectivas teórico-filosóficas da argumentação, partindo de considerações fundadas nos princípios aristotélicos, atravessando o tratado argumentativo postulado por Chaïm Perelman (1993;1996) e agregando o dialogismo bakhtiniano à discussão das noções apresentadas a fim de construir um olhar crítico sobre a argumentação, que será lançado ao *corpus*.

Como também mencionado, o *corpus* desta análise consiste nos textos apoiadores, em excertos de redações nota 1000 e nas considerações da banca avaliadora da edição de 2014, todos presentes no manual de redação do Enem, divulgado gratuitamente pelo Inep em sua página oficial na internet. Apesar de haver inúmeras questões que podem ser elencadas na análise desse *corpus*, delimitaremos atenção a problematizações envolvidas com o olhar sobre a argumentação, quando esta é parte de um processo avaliativo do sistema da prova de redação.

Tal análise se dá dentro de uma metodologia qualitativa de base indiciária (GINZBURG, 1986), na qual os dados são colocados em constante tensão com o mundo real que o cerca a fim de realizarmos um estudo concreto e que possa contribuir significativamente para as pesquisas em Linguística Aplicada que se direcionem em investigar o texto e o discurso em perspectiva avaliativa.

2 ARGUMENTAÇÃO: DA PERSPECTIVA CLÁSSICA À INTERFACE DIALÓGICA

Nesta seção, especificamente, buscaremos construir um estudo sobre a argumentação, a fim de estabelecer parâmetros que nos auxiliarão nos próximos passos da análise. Assim, traremos nas próximas linhas considerações que nos provoquem a pensar o processo da argumentação, partindo da noção aristotélica até alcançarmos a perspectiva perelmaniana. Ainda, buscamos suscitar reflexões que elucidem a possibilidade de se compreender a interface dialógica da argumentação.

Iniciamos, portanto, reportando-nos aos estudos da argumentação em sua essência por Aristóteles, que nos elucidada que

Antes de tudo, devemos conhecer os vários fins visados por aqueles que argumentam como competidores e rivais encarniçados. Esses fins são em número de cinco: a refutação, o vício de raciocínio, o paradoxo, o solecismo, e em quinto lugar reduzir o adversário à impotência — isto é, forçá-lo a tartamudear ou repetir-se uma porção de vezes; ou, então, produzir a aparência de uma destas coisas sem a realidade. Pois eles preferem, se possível, refutar cabalmente o outro, ou, na falta disso, demonstrar que ele cometeu algum erro de silogismo; em terceiro lugar, levá-lo a afirmar um paradoxo; em quarto, reduzi-lo a um solecismo, isto é, fazer com que ele, no curso do argumento, use uma expressão contrária à gramática; ou então, em último recurso, obrigá-lo a tartamudear. (ARISTÓTELES, 2005, p. 230).

Apesar de nossa consciência de que os postulados de Aristóteles a respeito da argumentação foram construídos e direcionados aos sofistas, é inevitável pontuar que tais considerações ainda reverberam de maneira viva e se mostram essenciais para pensarmos este processo na contemporaneidade.

De maneira prática, Aristóteles em *Retórica* nos instiga a pensar a argumentação como parte da tensão dos discursos, isto é, na construção de uma ideia que visa a sustentar uma percepção e/ou leitura de mundo que se estabeleça acima de posicionamentos divergentes. Em outras palavras, a perspectiva argumentativa aristotélica defende que o argumentar baseia-se em uma batalha ideológica em que se busca, pela via da linguagem, lançar elementos mais fortes que contribuam com o enfraquecimento de uma perspectiva que se tenta combater.

Veremos uma nova leitura da premissa clássica da argumentação aristotélica que despontou fortemente nos estudos desta área em Perelman (1996), que se propôs a ampliar ainda mais os horizontes a respeito do argumentar, explorando ainda mais tal processo na retórica do orador para com o auditório, vistos aqui em uma relação dinâmica.

Perelman constrói sua teoria da argumentação no processo da adesão, isto é, no orador que constrói seu discurso com vistas a alcançar e atrair seu auditório a apoiar a perspectiva que defende. Para Perelman (1977, p. 234), argumentar consiste em “fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese”.

Apesar da perspectiva aristotélica ser um forte balizador dos estudos perelmanianos da argumentação, é possível notar certas cisões com a noção clássica, especialmente no que se refere à escolha do termo retórica em detrimento à dialética.

Ao abandonar sua formação lógica neopositivista, Perelman encontrou nos antigos tratados de retórica, e em especial a *Retórica* e os *Tópicos* de Aristóteles, a possibilidade de colocar os juízos de valor na esfera do racional. Entretanto, os raciocínios tratados por Aristóteles nos *Tópicos* são por ele chamados de dialéticos. [...] A escolha pelo termo retórica deve ser entendida apenas como uma tentativa de enfatizar a importância do auditório na argumentação [...]. Perelman & Olbrechts-Tyteca aduzem, em outros momentos, outras razões. Uma delas diz respeito à ideia de que toda argumentação se conceberia em relação à ação que ela prepara ou determina e, tendo em vista que os tratados retóricos sempre colocaram em primeiro plano tal aspecto, tal termo apresenta-se como mais adequado para nomear sua proposta. (ALVES, 2005, p. 14-16).

Alves nos esclarece que Perelman contribui significativamente aos estudos da argumentação ao fornecer um aprofundamento teórico e prático de que o argumentar está intimamente ligado a intenções de alcance e engajamento de um Eu que fala a um Outro, que terá papel fundamental na construção do discurso do orador e de sua carga argumentativa. Tanto é a importância dada aos receptores da argumentação por Perelman que veremos, em sua teoria da argumentação, a noção de auditório (PERELMAN, 1977), como fator relevante e determinante da construção argumentativa do discurso.

Certamente, encontramos em Perelman uma perspectiva para além do senso comum quando se refere ao conceito de auditório, afastando-se de uma noção simplista do mesmo. Para Perelman, “o auditório, tecnicamente, é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso” (PERELMAN, 1977, p. 237).

Vale destacar que, apesar de em Perelman a noção de auditório ganhar um aspecto identitário muito mais amplo, não se descarta a necessidade de delimitação de um alvo, isto

é, de um “com quem se argumenta”, definido na perspectiva do orador quando constrói sua argumentação. Mesmo assim, a relação orador-auditório é definida por Perelman como interdependente, dando tanto ao orador autonomia para a escolha de sua argumentação como ao auditório a potencialidade de se expandir ou reduzir independente da vontade do orador. A respeito do conceito do auditório, é nos esclarecido que

Encontramos três espécies de auditórios, considerados privilegiados a esse respeito, tanto na prática corrente como no pensamento filosófico. O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou ao menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório universal; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou se representa as razões de seus atos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 39-40).

A perspectiva de Perelman no conceito de auditório e a suas possibilidades nos é de grande interesse para investigar a questão da avaliação da argumentação na redação do Enem. Isso se justifica porque notamos que a teoria da argumentação perelminiana reconhece e enfatiza o lugar da argumentação centrado na interação dialógica e no interesse de fazer com que o auditório comungue da perspectiva do orador.

Outra consideração de Perelman que demarca um horizonte interessante para a argumentação está na definição de sua finalidade. "A finalidade da argumentação não é, como a da demonstração, provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas transferir para as conclusões a adesão concedida às premissas". (PERELMAN, 1993, p. 31).

Compreendemos e concordamos com os postulados de Perelman, em que notamos a defesa de que a argumentação não se forma a partir de uma justaposição de elementos considerados plausíveis pelo orador, mas que vá muito além disso, como um movimento vivo que se constrói e se interliga em todas as extremidades do discurso e que alcança o interlocutor/auditório.

As considerações de Perelman, que evocam de maneira ainda mais clara o reconhecimento da tensão dialógica entre o Eu (orador) e o Outro (auditório), nos permitem considerar que a argumentação também se estabelece como um processo dialógico por excelência, no qual as tensões dos discursos não são ignoradas e são componentes importantes para a construção dos argumentos do orador.

Na proposta de refletirmos sobre a dialógica da argumentação trazemos os postulados do Círculo de Bakhtin, principalmente os que se referem ao dialogismo, para compor nossa base teórico-filosófica e que muito enriquecerão nossa perspectiva de análise.

Na perspectiva bakhtiniana, “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte”. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 113). Em outras palavras, o diálogo parte da consciência de um embate ideológico-discursivo daquele que fala com aquele que escuta. Ainda, tem-se a percepção de que o que escuta não realiza tal função de maneira passiva, mas em uma dinâmica responsiva à qual o locutor precisa estar atento ao elaborar sua argumentação.

Cabral e Guaranha (2014, p. 29-30) contribuem com a proposta de pensarmos a argumentação na interface dialógica da perspectiva bakhtiniana ao proporem que

[...] o diálogo argumentativo direciona a construção do significado [...] como um produto em certo sentido ad hoc, já que é constantemente alterado pelo caráter dinâmico da linguagem em sociedade, uma vez que também resultado de argumentos construídos nessa mesma linguagem.

Sendo assim, a argumentação é aqui compreendida como um processo que parte de dinâmicas interativas não só entre o sujeito locutor com o(s) sujeito(s) do auditório, mas também entre o sujeito e a linguagem, em todos os momentos que toma o lugar de fala. A respeito da dinâmica interativa com a linguagem na construção da argumentação, o sujeito precisa lidar com a tensão dos discursos que inter cruzam o seu, a fim de construir seus enunciados que se projetam ao auditório. Tal tarefa é cercada de redes complexas de significação, já que, como afirmado anteriormente, esse auditório não recebe os enunciados de maneira passiva nem pode ser encarado sob uma ótica massiva ou simplista.

Outra consideração importante sobre a interface dialógica da argumentação está na rede de ressignificações de que o signo é acometido na interação verbal daquele que enuncia, o que inclui o locutor diante de seu auditório. Para Bakhtin/Volochínov (2014, p. 132):

É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro.

A partir das considerações trazidas até aqui, definimos para a análise da avaliação da argumentação nas redações do Enem a pergunta: qual(is) elemento(s) da argumentação a banca avaliadora considera em seu processo avaliativo de textos que são identificados como argumentativos?

3 A AVALIAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO NA REDAÇÃO NOTA 1000 DE 2014: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS PARA O ENEM

Nesta seção, propomo-nos a analisar redações nota 1000 da edição de 2014, presentes no guia de redação do Enem de 2016². O guia de redação do Enem de 2016, divulgado pelo Inep, é composto de redações nota 1000 das edições de 2013, 2014 e 2015. Curiosamente, a edição de 2014 foi a que menos forneceu textos de apoio, em comparação a sua antecessora e sucessora (cf. Manual de redação do Enem, 2016). Esse único fator, que diferencia a edição de 2014 das demais, conseqüentemente trouxe uma característica diferente aos textos nota 1000. Em análise comparativa às demais edições (cf. BRAMBILA, 2017), as redações de 2014 são as que menos recorreram a dados ou informações que ultrapassassem os textos da coletânea, valendo-se, inclusive, de recursos de paráfrase em sua composição.

² Todas as redações mencionadas podem ser acessadas na íntegra no manual, disponível virtualmente em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf>. Último acesso em: 05 nov. 2017.

Pretendemos, nas linhas seguintes, pontuar de maneira mais clara as percepções trazidas no início da seção. A fim de garantir maior clareza e objetividade na exposição da problemática identificada, as análises serão organizadas da seguinte forma: cada texto de apoio será exposto seguido de alguns fragmentos de redações da edição de 2014 que nele se espelharam. Refletiremos não só sobre o peso que os textos de apoio têm sobre as redações, mas também problematizaremos de que maneiras a estrutura e o conteúdo do texto da coletânea, aqui enxergado como *Outro institucional* (BRAMBILA, 2017) afeta e atravessa a estrutura e conteúdo do texto nota 1000.

Como afirmado, a edição de 2014, cujo tema foi a publicidade infantil, é a que possui menor número e variedade de textos em sua coletânea. A edição de 2013 contava com quatro textos na coletânea, que se apresentavam em gêneros variados, como notícias, propaganda e ilustração estatística, sendo essas duas últimas constituídas não apenas de componentes verbais, mas também de visuais. Na edição de 2015, também encontramos quatro textos, sendo eles um texto estatístico, um gráfico, uma campanha publicitária e um trecho de uma lei. Em contrapartida, a edição de 2014 forneceu apenas três textos, sendo uma notícia, um mapa estatístico e uma citação de um livro sobre o tema.

A redução do fornecimento de textos apoiadores, por menor que seja, também configura impacto à produção de texto na circunstância avaliativa do Enem. Isso se justifica porque, mesmo que os textos nota 1000 ressoem certos tipos de discursos específicos, a existência de um conjunto variado de vozes e formas de expressão na coletânea, que representa o *Outro institucional* do exame, propicia mais chances de escolha argumentativa ao candidato. A redução do fornecimento dos textos exprime, em contrapartida, a proposta de dar ao candidato um direcionamento mais focalizado daquilo que é necessário que ele se espelhe para escrever, deixando ainda mais claro que nem toda a tomada de opinião será válida nesse momento.

Os textos da coletânea de 2014 dividem-se em uma notícia, que veicula a aprovação de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil e que lança a dúvida sobre como se aplicaria tal medida; em um mapa estatístico, mostrando como alguns países lidam com a publicidade para crianças, incluindo o Brasil; e em uma citação de livro, em que os autores defendem a necessidade de despertar o senso crítico das crianças para um consumo consciente.

Em linhas gerais, as redações nota 1000 de 2014 selecionadas para compor o guia chamam a atenção por características comuns: além da estrutura rígida, os tópicos abordados são fortemente influenciados pelos textos de apoio, apesar de reduzidos.

Como indagamos anteriormente, a redução de textos nessa coletânea se confirma como uma influência ainda mais clara nas redações, pois refletiu tal aspecto em suas perspectivas argumentativas. A falta de clareza na apreciação da argumentação dos participantes, apesar de ser um dos quesitos da avaliação do exame, também se mostra passível de problematização.

Sigamos, portanto, para a análise das argumentações construídas em interface com o texto I da coletânea. Para tal, disporemos o texto I da coletânea seguido de fragmentos dos textos nota 1000 que nele baseiam seus argumentos.

Figura 1 – Texto I da coletânea de 2014

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

Fonte: Inep (2016).

Figura 2 – Trecho da redação 1 de 2014

A necessidade de criação de uma lei só existe quando um conceito de ética que já deveria ser parte do senso comum é ausente. Dessa forma, nota-se que a criação de leis que proíbem ou normatizam a publicidade infantil nos países considerados desenvolvidos revela que esse setor da mídia não age de maneira ética.

Fonte: Inep (2016).

Figura 3 – Trecho da redação 2 de 2014

Muitos pais têm então se queixado do comportamento consumista de seus filhos, apelando para organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em abril de 2014, foi aprovada uma resolução que julga abusiva essa publicidade infantil, gerando conflitos entre as empresas, organizações publicitárias e os defensores dos direitos deste público-alvo. Entretanto, tal resolução configura um importante passo dado pelo Brasil com relação ao marketing infantil.

Fonte: Inep (2016).

Figura 4 – Trecho da redação 3 de 2014

O Brasil carece de mudanças na forma com que são realizadas as propagandas infantis, já que o público pueril é permeado diariamente por mensagens de cunho abusivo e persuasivo. Entretanto, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente iniciou um debate em relação ao tópico, dando um passo em benefício aos pequeninos da nação tupiniquim.

Fonte: Inep (2016).

Ao cotejarmos os trechos dos parágrafos que tratam da resolução da lei com o texto I da coletânea, perceberemos que não foi uma preocupação dos autores nota 1000 de 2014 estabelecer um contraponto dialógico ou referenciar-se pelo texto de partida para construir uma autoria e uma argumentação mais subjetivas. Por outro lado, os autores reescrevem o texto da coletânea, o que resultou em uma boa avaliação pelo exame.

Esse fator dá indícios, inclusive, de que a própria ideia de argumentação pode estar em processo de mudança no cenário político-pedagógico da *era Enem* (BRAMBILA, 2017). Ao colocar redações que se apropriam de maneira subserviente ao texto institucional como modelos de produções escritas no gênero dissertativo-argumentativo, o Estado pode, por consequência, constituir uma nova significação para a argumentação, instituindo em território nacional uma nova forma de se conceber tal processo.

Encontramos embasamento para essa problematização ao destacarmos alguns comentários da banca acerca do nível argumentativo desses textos:

[...] o participante desenvolve o tema apresentado no enunciado da prova, *A publicidade infantil em questão no Brasil*, por meio de **argumentação consistente** (BRASIL, 2016, p. 41, grifos do autor).

[...] Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. Em seu texto, o tema é desenvolvido de modo consistente e articulado ao ponto de vista defendido, com progressão fluente (BRASIL, 2016, p. 43, grifos do autor).

[...] Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. O tema é desenvolvido com progressão fluente, articulada ao ponto de vista defendido, configurando autoria (BRASIL, 2016, p. 45, grifos do autor).

Em análise das considerações da banca sobre a argumentação dos textos nota 1000, notamos, além da falta de clareza e do aspecto quase automático, ao especificar de que formas a argumentação ou o domínio do texto argumentativo se dá, uma forte correlação da argumentação com a estrutura do texto. Tal aspecto pode ser compreendido como um discurso que ignora noções basilares da argumentação para relacioná-la à obediência estrutural do texto, noções que são claramente distintas.

Em uma perspectiva de análise crítica a esse modelo de avaliação, é possível considerar que a própria banca avaliadora do Enem não teria uma concepção consistente a respeito da argumentação, bastando-se a avaliar a estrutura e a escrita fragmentada, que é rigidamente seguida pelos textos nota 1000.

Essa percepção, inclusive, justifica a pertinência deste trabalho, pois tal análise já nos coloca alertas a possíveis novos rumos que o ensino de textos poderá ter na contemporaneidade, além de nos inspirar a refletir se tais caminhos nos levam a uma práxis mais ou menos dialógica.

A seguir, traremos o texto II da coletânea, seguido de trechos das redações de 2014 que a ele se relacionam.

Figura 4 – Texto II da coletânea de 2014

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fonte: OMS e Conair/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

Fonte: Inep (2016).

Figura 5 – Trecho da redação 2 de 2014

Alguns países cujo índice de escolaridade é maior que o brasileiro já possuem legislação que limita os conteúdos e horários de exibição dos comerciais destinados às crianças. Outros, como a Noruega, proíbem completamente qualquer publicidade infantil.

Fonte: Inep (2016).

Figura 6 – Trecho da redação 3 de 2014

Em âmbito internacional divergem as decisões acerca do tema proposto, existindo legislação de proibição total à publicidade infantil, medidas que a permite apenas em determinados horários e há, ainda, países que não a restringem.

Fonte: Inep (2016).

Dentre os textos da coletânea que são referências das redações nota 1000, o texto II é o menos utilizado. Tal realidade nos intriga, pois o texto II é, em nossa leitura, o que mais fornece informações e o que mais amplia os horizontes acerca do tema, por fazer uma retomada de como a publicidade infantil é tratada pelo mundo, proporcionando um cotejo com o Brasil.

Seguindo a problematização que levantamos nesta seção, uma justificativa plausível para a baixa retomada do texto II da coletânea é seu alto índice de informatividade, o que

aumentaria a possibilidade de se tratar do tema por vertentes variadas e, conseqüentemente, abriria precedentes para a banca avaliadora interpretar tal escolha como fuga ao assunto.

De maneira estratégica, os autores dos textos nota 1000 não se prolongam ao tratar do tema em perspectiva comparativa e crítica (Brasil x outros países) e apenas citam e parafraseiam informações do mapa.

Por fim, expomos os excertos que se espelham no texto III da coletânea, em que há um trecho de um livro tratando do senso crítico das crianças em relação à publicidade infantil. Novamente, exporemos o texto III seguido dos fragmentos das redações:

Figura 7 – Texto III da coletânea de 2014

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

Fonte: Inep (2016).

Figura 8 – Conclusão da redação 1 de 2014

O Estado, como defensor dos direitos da população e do bem estar social, deve criar leis que impeçam a dominação das crianças pelo consumismo, impedindo a associação entre produtos e elementos atrativos a elas. Deve-se utilizar da educação, principal elemento transformador da sociedade, para criar nas crianças o discernimento entre o frívolo e o necessário, coibindo o egoísmo e estimulando a solidariedade. A sociedade, por sua vez, deve conscientizar-se, limitando o consumo das crianças para impedir o desenvolvimento da cultura de consumo. Dessa forma, será possível criar um corpo social ético, harmonioso e saudável.

Fonte: Inep (2016).

Figura 9 – Conclusão da redação 2 de 2014

A legislação brasileira necessita, portanto, continuar a romper com as barreiras impostas pela indústria publicitária, a fim de garantir que o público supracitado não seja alvo de interesses comerciais por sua inocência e fácil persuasão. No âmbito educacional, as escolas devem auxiliar na formação de cidadãos com discernimento e capacidade crítica. Desta forma, é importante que sejam ensinados e discutidos nas salas de aula os conceitos de cidadania, consumismo, publicidade e etc., adequando-os a cada faixa etária.

Fonte: Inep (2016).

Figura 10 – Trecho da redação 3 de 2014

Dessa forma, o

Brasil pode evoluir como uma nação que zela pelo seu potencial infantil e garantir aos pequenos o essencial, livrando-os do desejo de supérfluos e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes dos temas circundantes.

Fonte: Inep (2016).

Notamos que os textos nota 1000 selecionados para o guia interpretaram, de maneira praticamente unânime, que o texto III da coletânea, único dos três que apresenta um tom opinativo, deveria ser mencionado no parágrafo final, comumente conhecido pelos candidatos como o trecho em que se deve propor uma ação interventiva ao problema do tema.

Esse dado reforça a ideia de escrita fragmentada que a produção de texto para o Enem constrói. A delimitação de uma crença de que o texto dissertativo-argumentativo é obrigatoriamente constituído de uma tomada de intervenção única e exclusivamente no último parágrafo enrijece não apenas a estrutura do gênero, como também o conteúdo dos enunciados.

Ainda, essa rigidez de conteúdo, ocasionada pela rigidez estrutural do texto padronizado, colabora com a ideia de constituição subjetiva nas outras etapas do texto. Como notamos, os assuntos dispostos nos parágrafos precedentes à conclusão limitam-se a esquematizar e a parafrasear dados, deixando a demanda pela criticidade e tomada de posição argumentativa para o último, devido a uma construção institucional de que é assim que deve ser o texto ideal.

Vale, entretanto, ressaltar que o que problematizamos aqui não tem a ver com o questionamento dessa formulação de texto, mas sim com o que está em seu entorno. É importante que nos atentemos às consequências que tal *fórmula* de texto pode ter em seu ensino nas escolas e em outras circunstâncias de interação.

Em suma, trazemos como reflexão da análise dos textos nota 1000 de 2014 que as produções selecionadas nessa edição destacam-se por um alto grau de atrelamento aos textos da coletânea, observados pelo nosso prisma analítico como o *Outro institucional*, e que tal característica é potencial para a constituição de um processo de escrita que suprima o lugar do Eu e que desnivele as relações e tensões dialógicas que deveriam ocorrer na prática textual-argumentativa.

Considerações finais

A partir das análises realizadas é possível estabelecer algumas reflexões sobre o lugar da argumentação na produção e na avaliação de textos para o Enem. Tais reflexões se dão em perspectiva textual-discursiva, em perspectiva linguístico-educacional e em perspectiva político-pedagógica.

Na perspectiva textual-discursiva tem-se a percepção de que o tipo de avaliação de texto lançada às redações do Enem traz à tona uma retomada da tipologia textual, em que o formato se sobressai ao conteúdo, deixando questões de ordem discursiva sempre subservientes à estrutura do texto. Nota-se, portanto, que na avaliação da argumentação do

Enem, não há uma apreciação muito atenta de como a argumentação se dá, desde que esta esteja encaixada em fragmentos justapostos que compõem o texto e são, conseqüentemente, interpretados como argumentos. Além disso, é perceptível que não há clareza em pontuar recursos de paráfrase por parte da banca avaliadora, que olha para a argumentação na superfície do texto de maneira massiva.

Na perspectiva linguístico-educacional, deixamos considerações a respeito da esfera escolar, que tem sido cada vez mais forçada a reverter sua práxis à preparação para o Enem. Especialmente na disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Médio, nota-se que há uma delimitação pouco flexível a respeito da interação com a linguagem na arena da redação do Enem. Diante da grande competitividade e das proporções e conseqüências que os resultados obtidos no Enem têm no futuro de seus candidatos, percebemos que a dinâmica com a linguagem na aula de produção de textos vai sendo transposta ao simplismo do treino, deixando as relações dialógicas com o texto em segundo plano.

Por fim, em perspectiva político-pedagógica, buscamos refletir sobre o lugar do Enem na contemporaneidade, não apenas como um exame, mas como um contexto político-pedagógico que a sociedade brasileira precisa encarar para alcançar uma vaga no ensino superior público. Diante dessa necessidade, afirmamos aqui que pesquisas envolvidas com essa temática, dentro e fora dos estudos linguísticos, são urgentes e importantes para pensarmos de que maneiras nossas políticas aplicadas à educação se refletem em sociedade como um todo.

Referências

ALVES, M. A. S. **A argumentação filosófica**: Chaim Perelman e o auditório universal. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG). Belo Horizonte, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Imprensa nacional – casa da moeda. Lisboa, 2. ed. 2005.

BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BRAMBILA, G. **A produção de textos na “era Enem”**: subjetividade e autoria no contexto político-pedagógico brasileiro contemporâneo. Dissertação de mestrado (PPGEL – UFES), 2017.

BRASIL (Ministério da Educação). **Manual de Redação do Enem 2016**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf>. Acesso em: 05 nov.2017.

CABRAL, A. L. T.; GUARANHA, M. F. O conceito de justiça: argumentação e dialogismo. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso** [online]. 2014, vol. 9, n. 1, p. 19-34.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PERELMAN, C. Argumentação. In: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 11. Imprensa nacional – casa da moeda, Lisboa, 1977.

_____. **O Império Retórico: Retórica e Argumentação.** Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Asa, 1993.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação.** Martins Fontes: São Paulo, 1996. 653 p.